RESULTADOS DO
GOVERNO LULA 3

2023 — 2026



POLÍTICAS ECONÔMICAS PARA AS MULHERES

- O que foi feito (2023–2026)
- O que ainda pode ser feito

MINISTÉRIO DA **FAZENDA**

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PANORAMA

A economia avançou e a vida das mulheres avançou junto



A agenda econômica e social do Governo Lula 3 orientou-se pela busca do crescimento econômico sustentável, com redução da desigualdade social e da pobreza, concomitantemente à consolidação fiscal e o controle da inflação.

+25%
renda domiciliar per capita em termos reais no período

+37,6%
avanço da renda entre os 40% mais pobres

R$3.795
rendimento médio do trabalho em 2026 (recorde), com crescimento real de 18%

77%
das 43,22 milhões de famílias do CadÚnico com renda de até ½ salário mínimo per capita têm mulheres como responsáveis (33,2 milhões)

80%
das famílias do Bolsa Família têm mulheres como responsáveis

+11,5%
ganho real acumulado do salário mínimo entre 2023 e 2026

A melhora dos indicadores socioeconômicos dessa gestão é inequívoca e seus efeitos têm alcançado com maior intensidade justamente a parcela mais vulnerável da população. O país retornou ao grupo das dez maiores economias do mundo, com crescimento médio no mandato próximo a 3%, o maior desde o fim do Governo Lula 2. A inflação na média dos 4 anos de governo foi a menor desde o Plano Real. A renda domiciliar per capita cresceu 25% em termos reais no período, enquanto, entre os 40% mais pobres, o avanço foi ainda maior: 37,6%. No mercado de trabalho, o rendimento médio alcançou o patamar recorde de R$ 3.795 em 2026, acumulando crescimento real de 18%, ao mesmo tempo em que a taxa de desocupação recuou ao menor nível já registrado na série histórica. A desigualdade, medida pelo índice de Gini, também atingiu o menor nível registrado na nossa história documentada.

Esses avanços se traduziram em uma melhora concreta das condições de vida. **A pobreza e a extrema pobreza caíram aos menores patamares de toda a série comparável da PNAD Contínua, iniciada em 2012, e o Brasil voltou a sair do Mapa da Fome.**

Mas há uma dimensão desses resultados que merece destaque: **a melhora das condições de vida dos brasileiros alcançou de maneira especialmente relevante as mulheres**. No Cadastro Único, entre as 43,22 milhões de famílias com renda de até meio salário mínimo per capita, 33,2 milhões, cerca de 77%, têm mulheres como responsáveis familiares. O dado ajuda a dimensionar quem está na linha de frente da vulnerabilidade econômica e, portanto, quem é especialmente alcançado pelas políticas de inclusão social e econômica.

Por isso, quando a política econômica, a valorização da renda do trabalho e as políticas públicas reduzem a pobreza, seus efeitos chegam de maneira particularmente relevante às mulheres e às famílias por elas chefiadas. **A redução da pobreza e o crescimento da renda ocorridos no Governo Lula 3 têm, portanto, uma importante dimensão feminina.**

Esse resultado não ocorreu por acaso. Ele foi sustentado por uma estratégia combinada de valorização do trabalho, aumento da renda disponível e fortalecimento da proteção social, implementada em paralelo a um processo de priorização orçamentária e consolidação fiscal. **Três frentes tiveram papel central: a retomada da política de valorização do salário mínimo, a reforma do Imposto de Renda e o fortalecimento das transferências de renda e das políticas públicas voltadas às famílias**.

RENDA E PROTEÇÃO SOCIAL

Retomamos a política de valorização do salário mínimo, garantindo ganho real acumulado de 11,5% entre 2023 e 2026 e alcançando cerca de 61,9 milhões de pessoas com rendimentos referenciados no piso nacional. Com a isenção do Imposto de Renda para rendimentos de até R$ 5 mil, acompanhada de redução parcial do imposto para rendas de até R$ 7.350, 10 milhões de brasileiros deixaram de pagar IR e outros 5 milhões passaram a pagar menos, com ganho de até R$ 312,89 por mês na renda disponível dos beneficiados.

Ao mesmo tempo, fortalecemos a rede de proteção social. O Bolsa Família chegou a 19,3 milhões de famílias, com benefício médio em torno de R$ 700, com forte alcance entre as mulheres, já que elas são responsáveis por 80% das famílias beneficiadas pelo programa. Absorvemos o crescimento do número de pessoas elegíveis ao BPC, enquanto a valorização do salário mínimo elevou o valor do próprio benefício. E criamos o Pé-de-Meia, que pode assegurar até R$ 9,2 mil por estudante ao longo do ensino médio, com orçamento de R$ 11,5 bilhões em 2026.

O resultado foi uma ampliação significativa da proteção de renda simultaneamente ao processo de consolidação fiscal. As transferências de renda passaram de 3,2% em 2022 para 4,5% do PIB em 2025, enquanto houve redução do déficit primário de 2,1% em 2023 para 0,5% em 2025. Mais do que ampliar benefícios, essas políticas ajudaram a transformar crescimento econômico em melhora efetiva das condições de vida. A dimensão desse impacto é expressiva: sem os benefícios de programas sociais, a extrema pobreza teria alcançado 10,0% da população em 2024, em vez dos 3,5% efetivamente observados.

DESPESAS ESSENCIAIS

41

medicamentos gratuitos no Farmácia Popular

27,3mi

pessoas atendidas pelo Farmácia Popular em 2025 (eram 20,7 milhões em 2022)

14,9mi

famílias no Gás do Povo em agosto de 2026, quase 3 vezes o público do antigo Auxílio Gás

Também viabilizamos, fortalecemos e criamos programas de benefícios em espécie, voltados a reduzir diretamente despesas essenciais no orçamento das famílias. O Farmácia Popular passou a oferecer gratuitamente 41 medicamentos, ampliando o número de pessoas atendidas de 20,7 milhões em 2022 para 27,3 milhões em 2025. Com o Gás do Povo, as famílias do CadÚnico passaram a ter acesso gratuito à recarga do botijão diretamente nas revendas, de quatro a seis vezes por ano, conforme o tamanho da família. Em agosto de 2026, o programa alcançava 14,9 milhões de famílias, quase três vezes o público atendido pelo antigo Auxílio Gás. Já o Luz do Povo passou a garantir gratuidade no consumo de energia elétrica de até 80 kWh por mês para aproximadamente 17 milhões de famílias beneficiárias da Tarifa Social, desde julho de 2025.

Ao atuar diretamente sobre gastos indispensáveis, como medicamentos, gás de cozinha e energia elétrica, essas políticas complementam as transferências de renda e a valorização do salário mínimo, ampliando a renda efetivamente disponível para alimentação, educação, moradia e outras necessidades. E, como as mulheres estão fortemente representadas entre as responsáveis pelas famílias de baixa renda, a redução dessas despesas essenciais também tem uma dimensão feminina particularmente relevante.

SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR

Também reconstruímos instrumentos financeiros essenciais para viabilizar a segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar. Os estoques públicos de arroz da Conab, que permaneceram zerados durante todo o ano de 2023, alcançaram 293,8 mil toneladas em julho de 2026; e, em agosto, foram destinados R$ 925 milhões para a aquisição de mais 310 mil toneladas de arroz e 180 mil toneladas de milho, antecipando a resposta aos possíveis efeitos do El Niño. Ao mesmo tempo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi recriado em 2023, o Pronaf passou de R$ 53,6 bilhões na safra 2022/23 para R$ 85,2 bilhões em 2026/27, com juros de 2% para a produção de alimentos essenciais, como arroz, feijão, mandioca, leite, frutas e verduras, e o Consea foi reinstalado, fortalecendo a estrutura de políticas voltadas à produção de alimentos e à segurança alimentar. **É mais comida de qualidade e a preços justos na mesa dos brasileiros**.

REFORMA DA TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO

Finalmente, aprovamos a reforma da tributação do consumo, uma das mais importantes transformações estruturais da economia brasileira nas últimas décadas. Ao desonerar investimentos e exportações, reduzir distorções e diminuir os custos de produção, o novo sistema tornará a economia mais eficiente e produtiva. Com isso, a reforma elevará o potencial de crescimento do país, criando condições para mais investimentos, empregos e renda. Mais que isso, a reforma tributária também tornará a tributação do consumo mais justa e progressiva, com impacto direto sobre o orçamento das famílias de menor renda. A CBS e o IBS serão zerados

para os 26 itens da Cesta Básica Nacional, além de hortaliças, frutas, ovos e produtos de saúde menstrual. A reforma também cria o cashback, que devolverá parte dos tributos pagos às famílias inscritas no CadÚnico com renda de até meio salário mínimo por pessoa. Com essas mudanças, estima-se que a carga tributária incidente sobre os 10% mais pobres caia de 28% atuais para 22,1% da renda, reduzindo a regressividade do sistema e ampliando a renda disponível das famílias.

Ao reduzir a regressividade da tributação sobre o consumo, a reforma reforça, assim, a mesma direção distributiva das políticas de renda e proteção social, com efeitos especialmente relevantes para as famílias de baixa renda, majoritariamente chefiadas por mulheres no Cadastro Único.

A economia avançou no Governo Lula 3, e a vida das mulheres avançou junto.

Mas fomos além. Para além dos efeitos da melhora do emprego, da renda, da redução da pobreza e do fortalecimento da proteção social, o Ministério da Fazenda atuou diretamente na construção de políticas voltadas a ampliar as oportunidades, a autonomia econômica e o bem-estar das mulheres.

O Plano de Transformação Ecológica incorporou o recorte de gênero e raça a políticas, instrumentos e mecanismos de financiamento da transição ambiental e climática. Políticas de crédito e de apoio ao empreendedorismo foram desenhadas com condições diferenciadas para mulheres. Implementamos iniciativas de cidadania fiscal voltadas a mulheres em situação de vulnerabilidade social e, dentro do próprio Ministério, avançamos na formação e no desenvolvimento profissional das servidoras e na promoção de maior igualdade nas trajetórias de carreira.

Também apoiamos diretamente a construção da **Política e do Plano Nacional de Cuidados, uma agenda interministerial liderada pelos Ministérios do Desenvolvimento Social, das Mulheres e dos Direitos Humanos e da Cidadania, decisiva para enfrentar uma das barreiras mais persistentes à autonomia econômica feminina: a distribuição profundamente desigual do trabalho de cuidado não remunerado**. Ampliar a oferta de cuidados e compartilhar de forma mais equilibrada essa responsabilidade significa não apenas promover maior igualdade entre homens e mulheres, mas também criar condições para que milhões de mulheres possam estudar, trabalhar, empreender e participar da vida econômica, se assim desejarem.

O Governo Lula 3 deixa, portanto, um conjunto de resultados concretos e uma agenda em movimento. **Este documento reúne sinteticamente o que já foi entregue/ apoiado pelo Ministério da Fazenda e aponta os caminhos para avançar ainda mais: enfrentar desigualdades estruturais de gênero, remover as barreiras que ainda limitam as escolhas das mulheres e ampliar sua participação nas oportunidades abertas pela transformação da economia brasileira.**

Se a melhora da economia permitiu que a vida das mulheres avançasse, o próximo passo é maior: fazer da ampliação das oportunidades para as mulheres uma das forças do próprio desenvolvimento econômico do país. U**ma economia mais produtiva, inclusiva e sustentável passa necessariamente pela plena participação das mulheres, como trabalhadoras, empreendedoras, cuidadoras, servidoras, lideranças e protagonistas da transformação do Brasil**.

SEÇÃO 1

Mulheres na Transformação Ecológica



O Plano de Transformação Ecológica (PTE) tem por objetivo promover uma mudança de longo prazo nos paradigmas econômicos, tecnológicos e culturais em prol do desenvolvimento a partir de relações sustentáveis com a natureza e seus biomas, de forma a possibilitar a geração de riqueza e sua distribuição justa e compartilhada, com melhoria na qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

Nosso país dispõe de um conjunto de vantagens comparativas com potencial de torná-lo protagonista em uma nova economia verde e sustentável, a exemplo da alta disponibilidade de fontes de energia renovável, significativa produção de biocombustíveis, amplas reservas de minerais estratégicos para a transição energética, além de extensas áreas de cobertura florestal e a maior biodiversidade do planeta. Essas vantagens, no entanto, não devem restringir papel brasileiro à mera exploração de ativos naturais. **É fundamental que o potencial natural nacional seja aproveitado para impulsionar a inovação tecnológica, o aumento de produtividade, a complexificação da estrutura produtiva da economia do país e a geração de empregos bem remunerados**.

O PTE desenvolveu instrumentos e meios de implementação que desde sua concepção incluíram a dimensão de gênero, que apoiam também a Nova Indústria Brasil (NIB), Plano Clima, Novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN), as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), Agenda de Ação da COP30 etc.

O que foi feito no governo Lula (2023–2026)

ECOINVEST BRASIL

Tem como objetivo mobilizar investimentos privados para projetos sustentáveis de longo prazo no país, com foco na atração de capital nacional e externo. O Programa utiliza instrumentos financeiros voltados à redução de riscos, à mitigação da volatilidade cambial e ao apoio à estruturação de projetos. Possui critérios de priorização para projetos que tenham maior potencial de redução de desigualdades, incluindo de renda e riqueza, pessoais e funcionais, entre regiões do País e de gênero (bancos devem observar esse requisito para selecionar os projetos a serem financiados) - Portaria MF 964/2024.

Leilão 2 (Recuperação de áreas degradadas):
Portaria STN/MF 926/2025 estabelece contrapartida de gestão específica para grandes produtores: Assegurar a inclusão de gênero, com participação mínima de 15% de mulheres na força de trabalho alocada às atividades financiadas, ao longo de todo o projeto.

Leilão 3 (Equity para inovação):
Gênero entra como critério de priorização, com foco em empresas de maioria proprietária ou liderança feminina.

EMISSÕES SOBERANAS SUSTENTÁVEIS

Desde 2023, o Brasil realizou três emissões soberanas sustentáveis, vinculando montantes equivalentes aos recursos líquidos captados a despesas ambientais e sociais elegíveis do Orçamento Geral da União. Os relatórios pré-emissão do Tesouro Nacional previram a destinação de parcelas relevantes dos recursos para despesas sociais, com destaque para o combate à pobreza — tendo o Programa Bolsa Família entre as programações elegíveis — e para a segurança alimentar, incluindo o Programa Mais Alimentos. No conjunto, as três emissões sustentáveis somaram US$ 5,5 bilhões. As taxas obtidas nessas emissões foram significativamente inferiores às taxas de juros internas praticadas no Brasil no período, portanto, essas captações contribuíram para reduzir o custo de financiamento do Governo Federal e ampliar a eficiência do uso de recursos destinados a políticas públicas sociais e ambientais, como o Bolsa Família e o Programa Mais Alimentos. As emissões mobilizaram valores equivalentes a aproximadamente R$ 6,79 bilhões para ações de combate à pobreza associadas ao Bolsa Família, além de cerca de R$ 962 milhões para segurança alimentar e agricultura familiar vinculadas ao Mais Alimentos, demonstrando como a estratégia de financiamento sustentável fortalece políticas sociais de grande alcance e a produção sustentável de alimentos.

US$ 5,5 bi
somadas as três emissões

R$ 6,79 bi
para combate à pobreza (Bolsa Família)

R$ 962 mi
para segurança alimentar e agricultura familiar (Mais Alimentos)

TAXONOMIA SUSTENTÁVEL BRASILEIRA

Primeira edição aprovada em agosto e decreto de implementação em outubro de 2025, segunda edição a ser lançada em 2026. A TSB estabelece Objetivo 9 sobre redução de desigualdades e cria o **Índice de Equidade de Gênero e Raça** para investimentos sustentáveis, como maneira de incentivar setores produtivos e financeiro, público e privado. Este índice promove o reconhecimento das organizações que promovem ativamente a equidade, medido pelo Índice de Equidade de Gênero e Raça. Diferentemente dos critérios climáticos, que avaliam atividades econômicas, o índice avalia a organização como um todo: sua governança e sua relação com trabalhadores, fornecedores, clientes e comunidade.

Vários de seus critérios dialogam diretamente com a desigualdade de gênero no trabalho e com a economia do cuidado, como licenças-maternidade e paternidade estendidas, creche ou reembolso para quem cuida de familiares, flexibilidade de jornada, permanência das trabalhadoras após a licença-maternidade e apoio a vítimas de violência doméstica. A abordagem também é interseccional, pois os dados de representatividade distinguem mulheres, mulheres negras e homens negros. Também exige que as organizações tenham estratégias de repúdio à discriminação de gênero e raça, recrutamento e seleção sem vieses, promoção livre de discriminação e canal de denúncias confidencial.

SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE)

O SBCE foi aprovado na Lei 15.042/ 2024 e estabelece um sistema de comércio de emissões, o mercado regulado de carbono no Brasil. Entre seus princípios, tem-se a promoção da competitividade da economia brasileira, com redução de emissões e remoção de Gases de Efeito Estufa nacionais de forma justa e custo-efetiva, com vistas a promover o desenvolvimento sustentável e a equidade climática. O SBCE está sendo implementado pelo Ministério da Fazenda, com vistas a descarbonizar a economia brasileira gerando oportunidades de renda e trabalho associadas a uma rede de tecnologia e inovação robustecidas voltadas a diversos setores de atividades, que podem beneficiar em particular as mulheres.

PLANO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA 2024–2035

Aprovado em 2025, o Plano Clima é o principal instrumento para orientar as ações brasileiras voltadas ao enfrentamento da mudança do clima, estabelecendo diretrizes para orientar ações de adaptação aos impactos da mudança do clima e de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, em consonância com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Estabeleceu a Justiça climática e igualdade de gênero como princípios, em coerência com as NDC revisadas do Brasil em 2024, que pretende reduzir entre 59% a 67% as emissões de Gases de Efeito Estufa até 2035, considerando as dimensões de gênero e raça na transição justa.

Estratégia Transversal Mulheres e Clima – ETMC (MMA, Ministério das Mulheres, Casa Civil, 2026): faz parte do Plano Clima e possui 6 objetivos aprovados: autonomia econômica, acesso à terra e aos recursos, enfrentamento à violência, participação, serviços públicos, financiamento e dados. 64 metas; 15 metas e 26 ações até o fim de 2026, que podem ser monitorados para se entender a implementação.

Plano de Adaptação Setorial de Saúde – AdaptaSUS: reconhece de forma transversal o impacto desproporcional que eventos climáticos extremos causam na população feminina, com ações alinhadas a políticas consolidadas, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) – que focaliza proteger gestantes frente a riscos como desnutrição, estresse por calor extremo e exposição a desastres; prevê protocolo de atendimentos em situações de eventos climáticos extremos, garantia de linhas de cuidado ininterruptas para exames preventivos, pré-natal e saúde reprodutiva.

COP30 E PLANO DE AÇÃO DE GÊNERO (GAP) DE BELÉM

Brasil sediou a aprovação do novo GAP, que demanda liderança das mulheres, dados desagregados e financiamento sensível a gênero. ONU Mulheres e Ministério das Mulheres propuseram o **Protocolo Mulheres e Emergências Climáticas**, publicado em março de 2026, com diretrizes para defesa civil, saúde, assistência, trabalho e renda e urbanismo em todas as fases do desastre, incorporadas no AdaptaSUS.

ADAPTAÇÃO ÀS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

Durante a tragédia no Rio Grande do Sul em maio/ 2024, quando as enchentes atingiram 478 dos 497 municípios e 2,4 milhões de pessoas, 581 mil pessoas ficaram desalojadas, 183 morreram e 78,7 mil pessoas passaram por abrigos coletivos. As ações específicas para mulheres naquele contexto foram sobretudo de proteção contra a violência, como o Protocolo Mulheres e Emergências Climáticas em Porto Alegre, implantação da Casa da Mulher Brasileira no RS, Ligue 180 abre atendimento prioritário para mulheres, com abrigos exclusivos para mulheres e crianças.

APOIO A MULHERES CATADORAS E PERTENCENTES A COOPERATIVAS

As mulheres representam cerca de 70% dos 800 mil catadores no país, segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Mais da metade do número de catadores é composto por mulheres negras e elas constituem mais de 60% das diretorias das organizações, de forma que políticas voltadas à Economia Circular promovem a inclusão socioprodutiva de catadoras e reconhecimento do protagonismo feminino no setor. Apenas no ano de 2025, foram destinados:

- R$ 345 milhões em incentivos fiscais por meio da Lei de Incentivo à Reciclagem, voltados à redução da geração de resíduos, ampliação do uso de materiais recicláveis e fortalecimento da reciclagem popular;
- R$ 140 milhões em investimentos públicos diretos destinados a cooperativas, associações e redes de Catadores, incluindo R$ 10 milhões do BNDES ao Programa Cataforte;
- R$ 100 milhões em recursos não reembolsáveis, incluindo R$ 50 milhões (Fundo Socioambiental Caixa);
- Chamada nº 001/2025: Agricultura Regenerativa, R$ 20 milhões (Fundo Socioambiental Caixa); Chamada nº 002/2025: Economia Circular e R$ 30 milhões do Banco do Nordeste, voltados à coleta seletiva, rastreabilidade de resíduos e inclusão socioprodutiva de catadores.

O que ainda pode ser feito

01

Índice de Equidade de Gênero e Raça no Fundo Clima

Aplicar o **Índice de Equidade de Gênero e Raça da Taxonomia no Fundo Clima** e demais políticas públicas de financiamento e compras públicas.

02

Instrumentos financeiros para a Bioeconomia

Em especial o Pagamento por Serviços Ambientais. Regulamentar a remuneração de mulheres através de cadastro para serviços ambientais: relativos a restauração de nascentes e de APPs, viveiros, quintais produtivos, agroflorestas, hortas urbanas e coleta seletiva (catadoras), entre outras atividades.

03

Projetos de carbono

Com salvaguardas apoiadas na taxonomia em projetos habilitados para Certificação Verificada de Redução ou Remoção de Emissões; fomentar a geração de co-benefícios vinculados aos ODS 5/18; estabelecer mecanismos e critérios para fomentar projetos de carbono em que desenvolvedores e geradores sejam mulheres ou grupos de mulheres.

04

Emprego para mulheres nas obras de adaptação climática, com serviços de creche

Nas obras de reconstrução, drenagem e energia financiadas com recursos públicos, exigir a contratação e a qualificação de mulheres locais, com disponibilização de equipamentos de cuidado.

05

Recursos para o AdaptaSUS

Garantir recursos orçamentários e não-orçamentários para implementação do **AdaptaSUS**.

06

Agentes comunitárias de resiliência

Remunerar mulheres como agentes de alerta, prevenção e cuidado junto à Defesa Civil e ao SUS, ampliando a formação do AgPopSUS.

07 Planos locais com gênero em hipótese de catástrofes

Exigir o Protocolo Mulheres e Emergências Climáticas nos planos de contingência apoiados pela União, com **Ligue 180 e Casas da Mulher Brasileira** preparados para violência em emergências climáticas, em nível nacional.

08 FIIS e Fundo Social do Petróleo

Podem financiar equipamentos de cuidado (creches, cuidotecas, lavanderias coletivas) em áreas de risco climático.

09 Crédito emergencial com prioridade para mulheres

Aplicar a diretriz VIII da ETMC: mães solo e chefes de família em primeiro lugar no crédito para a reconstrução da casa e a retomada produtiva.

10 Capacitação para captar recursos

Formar mulheres de comunidades locais e indígenas para atuar na construção e no acompanhamento de projetos (meta M.29 da ETMC).

SEÇÃO 2

Mulheres, Crédito e Empreendedorismo



O que foi feito no governo Lula (2023–2026)

MOVE BRASIL TÁXI E APLICATIVOS

programa lançado em 2026 que oferece condições favorecidas de financiamento para a aquisição de veículos novos, de até R$ 150 mil, por motoristas de táxi e de aplicativos. Para as mulheres, a taxa de juros é de até 11,5% ao ano, inferior à aplicada aos homens, de 12,6% ao ano. O financiamento pode ainda incluir recursos destinados a itens de segurança, limitados a 10% do valor total financiado.

11,5%a.a. taxa para mulheres	vs	**12,6%a.a** taxa para homens

MOVE MOTOS

Oferece financiamento para motocicletas e bicicletas elétricas, com condições atrativas para entregadores e motoristas de aplicativos. Disponibiliza financiamentos no valor de até R$ 30 mil reais com prazo de pagamento de até 48 meses com taxa de até 0,90% a.m. para mulheres, versus 0,97% a.m. para homens.

0,90%a.m. taxa para mulheres	vs	**0,97%a.m.** taxa para homens

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Estabelecida prioridade legal, conforme definido na Lei nº 14.620/2023, oferecendo crédito habitacional subsidiado preferencial para famílias chefiadas por mulheres e/ou que tenham mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Nesses casos, além da preferência na obtenção do crédito junto à instituição financeira operadora dos financiamentos, os contratos e registros são preferencialmente no nome da mulher. Em separação ou divórcio, o imóvel fica, em regra, registrado ou transferido para a mulher — salvo se a guarda exclusiva dos filhos for do homem. Ou seja, além de prioridade de acesso, as mulheres têm **proteção da titularidade do imóvel**.

PROCRED E NOVO DESENROLA BRASIL

Empresas lideradas por mulheres - crédito de até 60% do faturamento anterior, enquanto as demais empresas podem obter crédito de até 50% do seu faturamento. Além disso, as instituições financeiras que refinanciarem os débitos deverão destinar uma parcela de 0,5% dos financiamentos contratados para Programas que visem a redução de desigualdades de gênero.

até 60%
do faturamento anterior — empresas lideradas por mulheres

vs

até 50%
do faturamento anterior — demais empresas

PLANO SAFRA E PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

O Safra é o principal plano de fomento à agropecuária no país, e o Pronaf apoia financeiramente e tecnicamente os pequenos produtores rurais no Brasil, ambos com recursos crescentes de 2023. As principais linhas de crédito incluem custeio e investimento, com taxas de juros reduzidas e condições específicas para diferentes tipos de produtores, como agricultura familiar e empresarial, com incentivos específicos para as mulheres:

Pronaf Mulher
Linha específica de investimento para agricultoras familiares com CAF válido. As taxas de juros variam de 0,5% a 7,5% ao ano, conforme o enquadramento da beneficiária e a finalidade do financiamento.

Microcrédito Produtivo Rural (Grupo "B")
É concedido crédito de investimento para projetos vinculados ao Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais, de que trata o Decreto nº 11.642, de 16 de agosto de 2023.

Custeio
custeio adicional ao amparo do Grupo "B" do Pronaf, no valor de até R$8.000,00 (oito mil reais), para mulheres rurais enquadradas nesse grupo.

PROGRAMA MULHER CIDADÃ – CIDADANIA FISCAL PARA MULHERES

Instituído pelo MF em 2023 com objetivo de promover cidadania fiscal, autonomia financeira e inclusão social de mulheres de baixa renda, trabalhadoras informais, pequenas produtoras rurais e microempreendedoras, com prioridade para aquelas em situação de risco ou vulnerabilidade social, especialmente vítimas de violência doméstica, residentes em áreas de risco e mulheres em cumprimento de pena por crime ou contravenção penal. Inspirado na experiência da Receita Federal com os Núcleos de Apoio Contábil, Jurídico e Fiscal (NAF), o programa leva assistência fiscal, jurídica e financeira gratuita, ajudando as beneficiárias a sair da informalidade e a acessar segurança social. Os conteúdos abrangem direito tributário, planejamento financeiro, empreendedorismo, formalização de negócios etc. Executado em parceria com universidades, institutos federais, instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil, responsáveis pela execução local. Até o momento,15 Acordos de Cooperação foram firmados em 7 estados.

SEÇÃO 3

Liderança feminina na gestão pública e formação de servidoras e servidores públicos



O que foi feito no governo Lula (2023–2026)

15% → 28%

participação feminina em cargos e funções estratégicas da Receita Federal (dez/2022 → set/2026)

62%

de mulheres entre os 1.658 participantes das ações de treinamento (1.022 mulheres; 342 pretas, pardas ou indígenas)

R$ 14,9 mi

mobilizados em cinco formações exclusivas para lideranças femininas (260 participantes)

Equidade de gênero na liderança das secretarias

O Ministério da Fazenda alcançou equidade de gênero na liderança de suas secretarias em 2026.

Selo PNUD de Igualdade de Gênero

A Secretaria do **Tesouro Nacional** está engajada na obtenção da **Certificação de Igualdade de Gênero do PNUD**, iniciativa voltada a fortalecer as capacidades institucionais e preparar seus servidores para incorporar a perspectiva de gênero na formulação e implementação de políticas públicas, contribuindo para que a atuação de uma instituição com grande impacto na vida dos brasileiros promova maior igualdade entre mulheres e homens.

Mulheres na maioria dos cargos de liderança

As mulheres são maioria nos cargos comissionados e de liderança da Secretaria de Política Econômica e na Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono. A Secretaria de Política Econômica é liderada pela primeira vez por uma mulher em seus 33 anos de existência.

Maior representatividade feminina na Receita Federal

Considerando os cargos e funções de natureza estratégica da Instituição, a participação feminina passou de aproximadamente 15% em dezembro de 2022 para 28% em setembro de 2026. Destaca-se, ainda, a ampliação da presença feminina em posições historicamente ocupadas predominantemente por homens. Atualmente, das 5 subsecretarias, duas são ocupadas por mulheres; das 5 adidâncias, duas são ocupadas por mulheres (em toda a sua história, a RFB só havia tido uma adida mulher). Das 10 superintendentes, 3 são mulheres. E é a segunda vez que a RFB tem uma secretária – adjunta mulher em sua história.

Comissão da Mulher, da Equidade, da Diversidade e da Inclusão (CMEDI)

Criada com vistas a promover um ambiente de trabalho mais inclusivo na Receita Federal. Da CMEDI nasceram iniciativas como o programa **Protagoniza**, o projeto **Mulheres que Lideram** e o **Plano de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação**.

Protagoniza

O programa Protagoniza é o primeiro programa institucional de mentoria para mulheres assumirem lideranças na Receita Federal. Esse programa surgiu das experiências adquiridas pela Receita Federal em fóruns internacionais, especialmente no âmbito da OCDE e do Fórum Global, que permitiram conhecer boas práticas de outras administrações tributárias na promoção da liderança feminina.

Mulheres que Lideram

O projeto **Mulheres que Lideram** promove encontros virtuais periódicos em que mulheres em posições de liderança compartilham suas trajetórias, desafios, aprendizados e conquistas.

Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação

O plano de **Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação** criou o canal Fala, Mulher! Exclusivo para ouvir, acolher, orientar e apoiar, em ambiente seguro e confidencial, mulheres vítimas de assédio sexual ou de outras condutas inadequadas de natureza sexual.

Portarias da Receita Federal

Teletrabalho

Prevê a possibilidade de teletrabalho integral para servidoras e servidores com filhos de até 36 meses de idade, medida que contribui para a conciliação entre as responsabilidades parentais e as atividades profissionais durante a primeira infância.

Seleção de adidos tributários e aduaneiros

Estabelece a formação de duas listas tríplices a serem objeto de entrevistas, sendo necessariamente uma masculina e outra feminina, com os melhores classificados por gênero.

Seleção de delegados

As candidaturas passaram a ser classificadas também em listas distintas por gênero, considerando os critérios objetivos relacionados à experiência profissional e à formação técnico-acadêmica dos candidatos. Além disso, foi ampliada a participação feminina nas comissões responsáveis pela avaliação das candidaturas.

Remoção interna

Mesmo antes do normativo do MGI, do Ministério das Mulheres e da AGU, a RFB alterou suas regras para prever expressamente a possibilidade de remoção ou alteração da localização física de servidores, de ofício ou a pedido, em casos de risco excepcional e efetivo à integridade do servidor ou de seus familiares, inclusive quando esse risco não decorra do exercício do cargo.

Women Leaders in Finance Platform (Plataforma Global de Mulheres Líderes em Finanças)

Iniciativa de servidoras públicas dedicada a promover a liderança, a influência e a participação das mulheres em cargos de tomada de decisão nas áreas econômica e financeira, ao mesmo tempo em que promove políticas, instituições e sistemas financeiros sensíveis às questões de gênero. Anunciada na Semana do Clima de Nova Iorque em 2024, com presença de Janja da Silva, a plataforma foi formalizada 2025 em uma parceria com o PNUD Global, na função de secretariado geral. A missão vai além da progressão individual, o objetivo é constituir uma comunidade de mulheres e aliados nos setores público, privado e multilateral, guiada por valores como igualdade de gênero, diversidade e inclusão, influência coletiva e transformação institucional.

Comitê de Apoio à Iniciativa Mulheres Líderes em Finanças (Women Leaders in Finance — WIF)

Instituído por meio da Portaria MF nº 851, de março de 2026 para coordenar, implementar e acompanhar as ações do programa WIF no âmbito da pasta. Já estabeleceu diversas parcerias e está desenvolvendo programa de mentoria para servidoras.

Garantia da União em operações de crédito, com suas regulamentações

A Portaria 808 estabelece condição para a concessão de garantia pela União nas operações de crédito interno e externo contratadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, incluindo suas entidades da administração indireta, e dá outras providências. Na regulamentação do Tesouro Nacional de 2025, passou a incorporar ações de igualdade de gênero na destinação de recursos para capacitação e desenvolvimento, priorizando iniciativas voltadas à formação e à aceleração da liderança de mulheres. A medida fortalece a participação feminina em funções estratégicas e contribui para ampliar a presença de mulheres em posições de liderança no serviço público. No que se refere às ações de treinamento, as iniciativas alcançaram 1.658 participantes, dos quais 1.022 eram mulheres, correspondendo a cerca de 62% do público. Entre elas, 342 eram mulheres pretas, pardas ou indígenas. Além disso, cinco formações exclusivas para lideranças femininas reuniram 260 participantes e mobilizaram aproximadamente R$ 14,9 milhões. Houve crescimento contínuo da parcela de recursos destinada à capacitação de mulheres desde o início da Programa, inclusive nas turmas não exclusivas, embora o alcance das mulheres pretas, pardas e indígenas ainda permaneça proporcionalmente menor.

SEÇÃO 4

Política Nacional de Cuidados



Base: Relatório de Implementação 2025 do **Plano Nacional de Cuidados** (Brasil que Cuida) e ações em implementação em 2026

+20 mi

de mulheres dedicam mais de 20 horas semanais ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado

5,3 mi

de mulheres dedicam mais de 40 horas semanais

4 eixos

estratégicos com resultados concretos já no primeiro ano do Plano

Hoje, a maior parte dessa responsabilidade continua sendo assumida pelas famílias e recai de forma desproporcional sobre as mulheres. Mais de 20 milhões de mulheres dedicam ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado mais de 20 horas por semana, e 5,3 milhões dedicam mais de 40 horas. Isso provoca impactos diretos sobre suas possibilidades de emprego, escolaridade, formação profissional, renda, saúde e autonomia.

Sem uma resposta pública estruturada, o acelerado envelhecimento populacional tende a reproduzir pobreza, aprofundar desigualdades, pressionar o SUS e o SUAS e ampliar situações de isolamento, violência, internações evitáveis e institucionalizações precoces.

Embora a prioridade seja alcançar as pessoas em situação de maior vulnerabilidade, a crise do cuidado atravessa toda a

sociedade brasileira. Famílias de diferentes níveis de renda enfrentam dificuldades para conciliar trabalho, renda e cuidado de familiares idosos, o que confere a essa estratégia potencial para se consolidar, progressivamente, como uma política de alcance nacional.

Estruturar uma rede de cuidados continuados, com alternativas no domicílio, na comunidade e no acolhimento institucional, é mais humano, mais eficiente e mais sustentável do que transferir integralmente às famílias e aos municípios o custo de uma demanda que crescerá de forma acelerada nas próximas décadas. Além disso, diminuir o trabalho de cuidado não remunerado para as mulheres, a partir do apoio do Estado, libera mulheres que querem trabalhar fora e não conseguem devido às atribuições do cuidado. Portanto, amplia a força de trabalho, o crescimento econômico, a renda das famílias e as contribuições à Previdência Social, melhorando as contas públicas.

23 DEZ 2024
Lei nº 15.069

Sancionada pelo Presidente Lula, institui a **Política Nacional de Cuidados**.

JULHO DE 2025
Plano Nacional de Cuidados

Lançado por meio do Decreto 12.562/2025.

DEZEMBRO DE 2025
Divulgação das ações

Portaria Interministerial MDS/MMulheres/MDHC nº 35/2025.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024, que instituiu a **Política Nacional de Cuidados**. O **Plano Nacional de Cuidados** foi lançado em julho de 2025, por meio do Decreto 12.562/2025, e suas ações foram divulgadas em dezembro do mesmo ano, por meio da Portaria Interministerial MDS/MMulheres/MDHC nº 35/2025. O Plano conta com **Comitês Interministeriais Estratégico e Gestor,** ambos com participação do **Ministério da Fazenda**, reforçando a integração da política econômica à sua governança e implementação.

O relatório de monitoramento do Plano Nacional de Cuidados de 2025 mostra que, em seu primeiro ano – e antes mesmo de ter uma estrutura permanente de governança e monitoramento instituída – o Plano já entregou resultados concretos em 4 eixos estratégicos, através das ações do MDS, Ministério das Mulheres, MDHC e parceiros como MEC, MS, MF, MTE, MCTI, Fiocruz, Ipea, Enap e CNPq.

O que foi feito no governo Lula (2023–2026)

Eixo 1 Direitos e infraestrutura de cuidado

Serviço domiciliar para crianças de 0 a 6 anos e gestantes no SUAS

2025: **2.987 municípios** com o serviço domiciliar para crianças de 0 a 6 anos e gestantes no SUAS (Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos (SPSBD-GC) (reordenamento do antigo programa Criança Feliz) — R$ 395,8 milhões/ano (MDS).

Novas creches e pré-escolas públicas

2025: **455 novas creches e pré-escolas públicas** entregues pelo MEC ampliaram o acesso à educação infantil — R$ 277,8 milhões (MEC).

Escolas equipadas

2025: **6.664 escolas equipadas** com salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência — R$ 202,2 milhões (MEC).

Programa de Atendimento Domiciliar para Pessoas Idosas (PADI)

Instituído por portaria em dezembro/2025, com adesão de **2.733 municípios** até agosto de 2026. Orçamento previsto: R$ 163,2 milhões em 2026 e R$ 329,3 milhões em 2027 (MS).

Piloto Vida Digna em Casa

Piloto Vida Digna em Casa: cuidado domiciliar a pessoas idosas acamadas em 11 municípios do Rio Grande do Norte em 2025 — R$ 500 mil (MDHC).

Propag vinculado à Política de Cuidados

2025: **22 estados** aderiram ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas (Propag) vinculado à Política de Cuidados e 7 já assinaram o termo (MF).

Núcleos paradesportivos

2025: 50 parcerias para núcleos paradesportivos e 37 núcleos do Programa Seleção do Futuro, atendendo cerca de **5.064 crianças e adolescentes** (MEsp).

Saúde mental — Programa Acolhe +

2026: lançamento do Programa Acolhe + Agora Tem Especialistas em Saúde Mental para mulheres que cuidam de familiares com deficiência ou doenças raras, vítimas de violência, mães atípicas ou vítimas de violência - previsão de **100 mil atendimentos mensais (MS)**.

Eixo 2 Conciliação entre trabalho remunerado, estudos e responsabilidades de cuidado

Cuidotecas

Até julho de 2026, **104 Cuidotecas** já haviam sido implantadas como unidades permanentes ou temporárias, em parceria com universidades federais, instituições federais de educação profissional, municípios e eventos de participação social. Estão em processo de formalização outras parcerias, como a Chamada Estratégica UniCuidotecas (MEC+MDS), que permitirá a criação de até cuidotecas em 50 universidades federais. Dessa forma, até 2027, serão disponibilizadas **mais de 300 cuidotecas** em 25 estados e no Distrito Federal, abrangendo 204 municípios, triplicando a meta (100 cuidotecas) definida em dezembro de 2025 por ocasião do lançamento das ações do Plano Nacional de Cuidados (PNC). Os recursos disponibilizados para esse conjunto de ações perfazem, até agora, um total de **R$ 46,1 milhões** (R$ 23,5 milhões do MDS, R$ 20 milhões do MEC e R$ 2,6 milhões do MMulheres).

Afrotecas

5 das 6 Afrotecas previstas foram entregues, em parceria com a UFOPA, no Baixo Amazonas (MIR).

Licença paternidade

Aprovação da Ampliação da licença paternidade de 5 para **20 dias**, por meio da Lei nº15371/2026.

Licença maternidade

Equiparação da licença maternidade de 120 para 1**80 dias para todas as mulheres**, independente de vínculo de trabalho, gestação ou adoção.

Eixo 3 Trabalho, formação e cuidado remunerado

Programa Manuel Querino

2025: **650 trabalhadoras domésticas** formadas pelo Programa Manuel Querino (MTE) - R$ 3,2 milhões.

Mulheres Mil: Trabalho Doméstico e de Cuidados

2024-2025: **1.800 vagas** ofertadas no programa piloto Mulheres Mil: Trabalho Doméstico e de Cuidados, em 6 capitais (São Luis, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Aracaju), em parceria com a FENATRAD (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas). A avaliação do Projeto indicou baixíssimas taxas de evasão, em especial na segunda rodada da oferta, quando foram oferecidas cuidotecas para as crianças sob responsabilidade das alunas. R$ 4,5 milhões (MEC + MDS).

Mulheres Mil + Cuidados

Mais **12 mil vagas** já confirmadas para 2026 no Mulheres Mil + Cuidados (programa de formação profissional em cuidados para mulheres em situação de vulnerabilidade social), com 45 instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em 25 estados – R$ 35 milhões (MDS+MEC).

Fiscalização do trabalho doméstico remunerado

Aumento expressivo das fiscalizações do trabalho doméstico remunerado, com projeto de fiscalização já implantado em 10 regionais do MTE. Em 2024, foram realizadas 42 fiscalizações com regularização e, em 2025, esse número passou para **234** (aumento de mais de 450%).

Eixo 4 Governança,dados e evidência

Painel Data Cuidados

Lançado, em 2025, com 51 indicadores públicos sobre a organização social do cuidado. Em dezembro de 2026 será lançada a versão 2.0 do Painel (MDS).

Diagnóstico da Organização Social do Cuidado

Publicado pelo MDS com parcerias com Fiocruz, Cedeplar/UFMG, Enap e J-PAL.

Pesquisas de uso do tempo

Revisão do módulo de cuidado e afazeres domésticos da PNAD Contínua e condução de uma pesquisa de piloto de uso do tempo na POF, com o IBGE, para melhor captar o trabalho não remunerado (MDS + IBGE).

Prêmio "Tecendo os Cuidados"

I Prêmio Nacional de Trabalhos Acadêmicos "Tecendo os Cuidados" premiou 9 jovens pesquisadoras, em parceria com o CNPq (MDS+CNPq).

Formação em ética do cuidado

33.927 professores e 19.149 gestores capacitados em ética do cuidado na educação básica (MEC).

Cursos do MDHC

Cursos do MDHC sobre direitos humanos e cuidado registraram 30.165 inscritos, dos quais 11.664 concluíram a formação. As especializações sobre Enfrentamento da Violência/Primeira Infância; Políticas Públicas e Socioeducação e Garantia de Direitos, formaram **1.686 agentes públicos**.

Cursos da Enap com o MDS

Cursos da Enap em parceria com MDS sobre a Política de Cuidados alcançaram cerca de 2.175 pessoas (475 certificados no curso introdutório da EVG, 400 alunos de MBA e 1.300 em minicursos de formação inicial).

O que ainda pode ser feito

Consolidar, por meio de instrumentos normativos e orçamentários, o que já demonstrou funcionar no primeiro ano, assegurando bases fiscais sustentáveis para sua continuidade e expansão. Isso exige avançar por meio da repriorização de recursos, respeitando os limites do arcabouço fiscal e compatibilizando a ampliação das políticas com a sustentabilidade das contas públicas no médio e longo prazo. Assim, será possível garantir sua continuidade.

01 Cuidotecas — vagas e expansão

A Cuidoteca é um serviço público, ofertado em um local seguro, gratuito e acessível, com o objetivo de acolher e cuidar de crianças com e sem deficiência, de 3 a 12 anos, enquanto as pessoas responsáveis pelos seus cuidados no âmbito familiar – que são principalmente mulheres, muitas das quais mulheres jovens - estudam, se qualificam ou trabalham em períodos que excedam a jornada escolar. Cada Cuidoteca tem capacidade de atendimento entre 10 e 40 crianças por turno, a depender da modalidade. É um modelo testado com sucesso, em suas diferentes modalidades, mas que hoje depende de editais e parcerias pontuais, sem fonte de financiamento estável.

- 104 cuidotecas implementadas (até julho/2026) e previsão de atingir 300 no início de 2027.
- Financiamento atual: R$ 46,1 milhões.
- Financiamento para continuidade da expansão e manutenção das cuidotecas existentes pode ser assegurado, sendo que o MEC deve incluir recursos para as cuidotecas nas 69 universidades federais no seu orçamento regular.

02 Cuidado integrado à pessoa idosa

Diante do acelerado envelhecimento da população, é urgente avançar na estruturação de uma Estratégia Nacional de Cuidado Integrado às Pessoas Idosas, articulando SUAS, SUS, direitos humanos e demais políticas públicas. A Estratégia visa estruturar uma rede de cuidados de longa duração, com respostas articuladas no domicílio, na comunidade e no acolhimento institucional, orientadas pelas necessidades, direitos e escolhas das pessoas idosas. Essa rede deve priorizar a vida em comunidade e o envelhecimento digno e ativo no territó-

rio, combinando Cuidados em Casa, Centros-Dia e Instituições de Longa Permanência (ILPIs), com ações de prevenção e retardamento da perda de funcionalidade, adaptações habitacionais, tecnologias assistivas, prevenção de violências e da institucionalização que pode ser evitada e apoio às famílias.

03 Cuidado em Casa

Atendimento domiciliar integrado (SUAS e SUS) para pessoas idosas que necessitam de apoio para a realização das atividades da vida diária (AVDs) e orientação e apoio a suas cuidadoras e cuidadores familiares não remuneradas/os. Além de favorecer a permanência da pessoa idosa em seu território, o atendimento domiciliar reduz a sobrecarga familiar e libera tempo de quem cuida — em sua grande maioria mulheres, muitas delas também idosas — para descansar, cuidar da própria saúde, estudar, qualificar-se ou exercer trabalho remunerado. A experiência piloto cria as bases para oferta nacional de cuidado domiciliar integrado, apoiada na capilaridade existente do SUS e do SUAS.

- Em implementação em 3 municípios (Fortaleza-CE, Juazeiro-BA e Colombo-PR) (2026-2027).
- Cobertura: serão atendidas no total até 900 pessoas (150 pessoas idosas e 150 cuidadoras/es familiares em cada município).
- Orçamento e fonte de recursos: US$ 1 milhão (US$ 750.000 para a execução do projeto e US$ 250.000 para avaliação de impacto); fonte dos recursos: BID + JICA (Banco Interamericano de Desenvolvimento + Agência de Cooperação Japonesa).

Trata-se de uma política desenhada para ganhar escala. A primeira etapa alcança 100 municípios, incluindo todas as capitais e metrópoles, que concentram 12,5 milhões de pessoas idosas — cerca de 40% da população idosa brasileira-, das quais estima-se que 1,1 milhão depende do cuidado de terceiros para as atividades da vida diária. Já estão identificados 405 municípios elegíveis, que reúnem 19,2 milhões de pessoas idosas -aproximadamente 60% do total do país. Nessa primeira etapa, são necessárias 580 equipes do SUAS para atender 87 mil pessoas (43.500 pessoas idosas e 43.500 cuidadoras/es familiares).

A expansão se apoia na rede já existente do SUS e do SUAS e não exige a criação de uma nova estrutura física: novos aportes permitem habilitar progressivamente mais equipes e municípios. O desenho prevê a expansão das 580 equipes iniciais do SUAS para 2.105 equipes nos 405 municípios ampliando a capacidade de 43.500 para 157.875 pessoas idosas, além de suas cuidadoras/es familiares.

Como são até 75 pessoas idosas acompanhadas por equipe, além de suas cuidadoras e cuidadores familiares, haveria uma capacidade total estimada de 87 mil pessoas atendidas (43.500 pessoas idosas + 43.500 cuidadoras familiares).

Cofinanciamento federal R$ 23 mil/mês por equipe (50% do custo), total R$ 160,08 milhões/ano.

POTENCIAL DE ESCALA

Etapa	Municípios	Pessoas idosas nos municípios	% da população idosa do Brasil	Pessoas idosas com dependência*	Público potencial**
Etapa inicial	100	12,5 milhões	40%	1,1 milhão	386 mil
Expansão	405	19,2 milhões	60%	1,8 milhão	611 mil

**Estimativa de pessoas idosas com dependência para atividades básicas da vida diária.*
*** Estimativa de pessoas idosas com dependência inscritas no Cadastro Único.*

04 Centro-Dia

Atualmente não existe cofinanciamento federal regular para Centros-Dia de pessoas idosas. Os serviços existentes dependem de iniciativas isoladas de estados, municípios e organizações da sociedade civil. A ausência de financiamento federal dificulta a definição de padrões mínimos de oferta e qualidade e limita a expansão territorial justamente de um serviço capaz de prevenir isolamento, abandono e institucionalizações que podem ser evitadas. Poderia se instituir cofinanciamento federal de **R$ 40 mil/mês por unidade**.

- Etapa inicial: 247 Centros-Dia, com investimento federal estimado em R$ 118,56 milhões/ano.
- Priorização de municípios com CREAS e mais de 100 mil hab., com quantitativos diferenciados por porte.
- Integração obrigatória com a rede SUS/SUAS e com os serviços domiciliares, para que o Centro-Dia seja parte de uma linha contínua de cuidados.

05 Instituições de Longa Permanência (ILPIs)

O cuidado no domicílio e na comunidade deve ser ampliado, mas, em muitos casos, não elimina a necessidade de acolhimento institucional. Há pessoas idosas que, por ausência de vínculos, violência, abandono ou necessidades intensas de apoio, precisam de proteção integral em ILPIs. Nesses casos, o Estado deve assegurar acolhimento digno, seguro e orientado por direitos humanos. A União repassa hoje R$90 por vaga/mês, mas o custo de uma vaga em ILPI pública pode atingir R$ 5 mil mensais. Na prática, a diferença é absorvida sobretudo por municípios e entidades. A proposta seria elevar o cofinanciamento federal para R$ 500 por vaga/mês.

- Referência: 36.060 vagas, com investimento federal estimado em R$ 216,36 milhões/ano.
- Associar o reajuste à qualificação da oferta, com formação em direitos humanos, prevenção de tortura e maus-tratos e articulação com SUS e SUAS.

A estratégia cria uma rede de cuidados capaz de responder a diferentes graus de dependência e diferentes realidades familiares. **Fortalece a proteção social às pessoas idosas e suas famílias, em especial às cuidadoras familiares não remuneradas, com efeitos positivos também sobre saúde, emprego, igualdade de gênero e raça, prevenção de violências, autonomia econômica das mulheres e sustentabilidade do pacto federativo**.

POTENCIAL DE ESCALA

Ação	Escala / referência	Investimento anual
PSB no Domicílio (SUAS)	580 equipes	R$ 160,08 milhões
Centros-Dia (SUAS)	247 unidades	R$ 118,56 milhões
Reajuste das ILPIs (SUAS)	36.060 vagas a R$ 500/mês	R$ 216,36 milhões

06 Programa Mulheres Mil Mais Cuidados

Lançado em 2025, é fruto de parceria entre o MEC e MDS, com objetivo de promover a inclusão socioprodutiva de mulheres por meio da qualificação profissional no setor de cuidados. Parte de uma base já em curso: o edital do MEC para o Mulheres Mil + Cuidados selecionou, em 2025, 45 instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em 25 estados, abrangendo 215 municípios, com mais de 12,1 mil vagas a serem ofertadas ao longo de 2026. As ofertas são acompanhadas pela disponibilização de cuidotecas temporárias para as alunas; para este ciclo está prevista a instalação de 254 cuidotecas em todo o país. Para garantir essa oferta, foram destinados cerca de R$ 35 milhões.

- 12.180 vagas distribuídas em 215 municípios de todas as regiões do país.
- Implementação de 254 Cuidotecas temporárias para os cursos do Programa.
- Cerca de 35 milhões previstos para 2026, considerando recursos SNCF/MDS, SETEC/MEC e FDD.

07 Saúde Mental — Programa Acolhe +: agora tem especialistas em saúde mental para mulheres

Lançado em 2026, o Programa é destinado à oferta de teleatendimento em saúde mental para mulheres que cuidam de familiares com deficiência ou doenças raras, além daquelas em situação de violência. A previsão para o ano de 2026 é de 100 mil atendimentos mensais. A partir dessa base, é fundamental ampliar a oferta para atender mulheres cuidadoras familiares em geral, especialmente de pessoas idosas e crianças, bem como assegurar atendimento presencial sempre que necessário.

- 100 mil teleatendimentos mensais para mulheres cuidadoras de familiares com deficiência e doenças raras e mulheres em situação de violência.
- Órgãos parceiros: MS, MMulheres e MDS.

08 Lavanderias e Centros Multiusos de Cuidado:

Lavanderias públicas são equipamentos de uso comunitário e acesso gratuito que oferecem ambiente seguro e equipado para lavar e secar roupas, contribuindo para o compartilhamento do trabalho de cuidado indireto (trabalho doméstico) e para reduzir a sobrecarga que recai sobre as mulheres. Para aproveitar a estrutura física desses espaços, tem-se avançado na ideia de que as lavanderias podem integrar centros multiusos de Cuidado que poderiam contar também com espaços de formação, cuidotecas, atendimento jurídico, entre outros. Até o momento apenas 2 unidades foram entregues (Caruaru e Mossoró). Há um modelo de funcionamento e estrutura do serviço já definido, com forte potencial de replicação, mas sem orçamento consolidado.

Priorização de próximos passos

01 Levar a agenda de cuidados para a discussão do ciclo orçamentário 2027 (PLOA) e para o Plano Plurianual (2027-2030).

02 Usar o Diagnóstico da Organização Social do Cuidado e os estudos de economia feminista (MF/OIT/CEPAL) como base técnica para a defesa de recursos.

03 Dar sustentabilidade e ampliar a escala das ações iniciadas: apoiar a estruturação de fontes de financiamento estáveis para as iniciativas já testadas em piloto: Cuidotecas, Mulheres Mil+ Cuidados, Cuidado em Casa, PADI e Vida Digna em Casa.

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO